



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2013

EDITAL

(Processo nº 016.765/10-9)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 3, de 2012, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450/2005, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, dos Atos da Comissão Diretora nºs 24/1998 e 10/2010 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 003.045/10-2, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL ANUAL**, destinada à **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e instalação de redes e de equipamentos telefônicos nos próprios do Senado Federal, durante o período de 12 meses consecutivos.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 09/04/2013

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 14:30h

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no sítio **www.comprasnet.gov.br**.

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1 – O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e instalação de redes e de equipamentos telefônicos nos próprios do Senado Federal, durante o período de 12 meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 – Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 – Não poderão participar, direta ou indiretamente, da presente licitação consórcios de empresas ou empresas que, por qualquer motivo, estejam punidas com a suspensão do direito de licitar ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, bem como as pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, além das empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1 – É facultado à licitante interessada em participar deste pregão, mediante prévio agendamento junto ao órgão técnico, realizar vistoria técnica, **com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis**, contado da data marcada para a sessão pública, para verificar o estado de conservação das redes telefônicas e tomar conhecimento de todas as informações e condições para cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

3.1.1 – A vistoria deverá ser agendada junto à Secretaria de Telecomunicações do Senado Federal (STELE), com o servidor Hugo Leonardo da Rocha, pelo telefone (61) 3303-1699.

3.1.2 – Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.3 – A vistoria deverá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa.



SENADO FEDERAL

3.1.3.1 – A comprovação do vínculo poderá ser feita através do contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.3.2 – Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.3, não será executada a vistoria.

3.2 – Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pela Secretaria de Telecomunicações.

3.3 – Caso a interessada opte por não realizar vistoria, firmará declaração na qual dispensa a necessidade de vistoria, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4 – A apresentação do Atestado de Vistoria, fornecido pela STELE, ou da Declaração de Dispensa de Vistoria, será obrigatória na fase de habilitação do certame.

CAPÍTULO IV – DA PROPOSTA

4.1 – A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os **preços unitário por categoria, total mensal e total global anual da proposta**, observadas as especificações constantes dos anexos deste edital, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto do contrato, em especial observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho, bem como indicação do respectivo sindicato da categoria, data-base da categoria (dia/mês/ano), materiais, insumos, tributos e encargos sociais.

4.2.1 – O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:

a) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

b) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

4.3 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, deverão ser prestados todos os demais esclarecimentos necessários ao perfeito detalhamento do objeto.



SENADO FEDERAL

4.4 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

4.5 - Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação ou às que desatendam às exigências deste edital.

4.6 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

4.7 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.8 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

4.8.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

4.8.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

4.9 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.9.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.10 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 – A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio www.comprasnet.gov.br.

5.2 – Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3 – Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.



SENADO FEDERAL

5.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO VI – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

6.2 – Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4 – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

7.5 – Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.6 – Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.7 – O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

8.1 – Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora,



SENADO FEDERAL

os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.1 – Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.1.2 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.2 – Ocorrendo as hipóteses de que trata o art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006, é vedado à licitante, optante pelo Simples Nacional, a utilização dos benefícios tributários do regime tributário diferenciado na proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos); sendo que, em caso de contratação, estará sujeita à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos dos arts. 30, inciso II, e 31, inciso II, da referida lei complementar.

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO

9.1 – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global anual**.

CAPÍTULO X – DA NEGOCIAÇÃO

10.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1 – O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o



SENADO FEDERAL

endereço eletrônico copeli@senado.gov.br, cujo prazo máximo para atendimento será de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação.

11.1.1 – A proposta de preços deverá estar acompanhada dos seguintes documentos:

11.1.1.1 – **Especificação da categoria, carga horária diária, preço mensal unitário por categoria, preço total mensal por categoria, preço global mensal e global anual da proposta**, expresso em algarismo arábico e na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do contrato, observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho, bem como indicação do respectivo sindicato da categoria, data base da categoria (dia/mês/ano);

11.1.1.2 – **Planilha de composição de custos e formação de preços, nos termos da Portaria nº 07/2011 do MPOG/SLTI**, com detalhamento de todos os elementos que influam no custo operacional, devendo ser cotados, no mínimo, todos os itens constantes do Anexo 04;

11.1.1.2.1 – Deverá ser considerado o auxílio-alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos), por dia útil de trabalho, fixado por decisão na 14ª Reunião de 2011 da Comissão Diretora, de 20/12/2011;

11.1.1.2.2 – Deve ser apresentado memorial de cálculo para os itens da planilha de formação de custos por categoria, conforme Anexo 04, especialmente os variáveis, cujo cálculo depende de dados estatísticos e que não são decorrentes de obrigação legal. Este memorial será avaliado pelo Pregoeiro e equipe de apoio e serão efetuadas diligências, caso se entenda necessário.

11.1.1.2.3 – **Declaração expressa** de que estará apta a iniciar a execução dos serviços no prazo **de até 10 (dez) dias**, a contar da assinatura do contrato.

11.1.1.2.4 - **Declaração expressa** de que tem plenas condições de atender a todas as exigências contratuais.

11.1.1.2.5 - A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 08, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

11.2 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.



SENADO FEDERAL

11.3 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.4 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

11.4.1 – O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

11.4.2 – Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

11.4.3 – Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO XII – DA HABILITAÇÃO

12.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, do Nível I ao Nível IV do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação complementar especificada neste edital.

12.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, do Nível I ao Nível IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

12.3 – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

12.3.1 – CAPACIDADE TÉCNICA:

- a)** Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA da região onde se situa a sede da empresa ou sua filial, em nome da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), em cuja(s) atribuição(ões) deverá(ão) constar as atividades profissionais definidas nos art. 8º e/ou 9º, nos termos da resolução CONFEA nº 218/1973, ou no campo de atuação da Engenharia Elétrica, nos termos do disposto no Anexo II da Resolução CONFEA nº 1.010/2005 e dentre os quais deverá(ão) constar o(s) titular(es) do acervo técnico utilizado para esta habilitação;
- b)** Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, comprovando aptidão para desempenho de atividade pertinente e similar ao objeto desta licitação, contendo os seguintes dados:



SENADO FEDERAL

b.1. informação de que presta, ou prestou a contento, serviço compatível com o objeto licitado, evidenciando a prestação de serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva em redes de telefonia;

b.2. nome do(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, de acordo com a anotação de Responsabilidade Técnica – ART do CREA, o(s) qual(is) deverá(ão) ter atribuição para realizar as atividades profissionais definidas nos art. 8º e/ou 9º, nos termos da resolução CONFEA nº 218/1973, ou no campo de atuação da Engenharia Elétrica, nos termos do disposto no Anexo II da Resolução CONFEA nº 1.010/2005;

c) Atestado de Vistoria ou Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme previsto nos subitens 3.2 e 3.3 deste edital;

12.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprovem a boa situação financeira da empresa, mediante os seguintes critérios:

a.1) LG - Liquidez Geral, LC - Liquidez Corrente e SG - Solvência Geral superiores a 1 (um), sendo os índices obtidos a partir das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

Onde

AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo

a.2) ET - Endividamento Total, que deverá ser inferior ou igual a 0,6 (seis décimos), obtido a partir da fórmula:

$$ET = \frac{PE}{AT}, \text{ onde}$$



SENADO FEDERAL

PE = Passivo Exigível

AT = Ativo Total

a.3) Capital Circulante Líquido – CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) no valor mínimo de 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor global anual da proposta para a contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

b) Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor global anual da proposta inicial, devendo a comprovação ser feita através do balanço exigido na alínea “a” deste subitem, admitindo-se a sua atualização até o mês que anteceder a abertura desta licitação, por meio de índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta.

c) declaração, conforme modelo constante do Anexo 07 que contenha relação de compromissos assumidos, demonstrando que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a administração pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data prevista para apresentação da proposta, não é superior a 100% (cem por cento) do patrimônio líquido, podendo este ser atualizado na forma do subitem b;

c.1) com o objetivo de demonstrar a veracidade das informações prestadas na subcondição anterior, o licitante classificado, provisoriamente, em primeiro lugar, deverá apresentar a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social.

c.2) caso seja detectada divergência no valor total dos contratos firmados na declaração de que trata o subitem c, de 10% (para mais ou para menos) em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), o licitante deverá apresentar os devidos esclarecimentos juntamente com a documentação referente à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – Art. 31 da Lei nº 8.666/93.

d) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

e) A documentação constante no SICAF poderá ser considerada para fins de comprovação da documentação exigida na aliena “a” (balanço patrimonial) e “c.1” (Demonstração de Resultado do Exercício – DRE).

12.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.



SENADO FEDERAL

12.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

a. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:

a.1. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

a.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993; e

a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

12.4 – Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (61) 3303-1068, ou para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br no prazo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação do Pregoeiro.

12.4.1 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, à **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N-2, Bloco de Apoio II, Brasília-DF, CEP 70.165-900**.

12.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

12.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

12.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

12.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo pregoeiro.

12.8 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



SENADO FEDERAL

12.8.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.8.2 – A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

12.9 – O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.9.1 – Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1 – Será analisada a proposta da primeira colocada e caso a proposta não seja aceitável ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

14.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

14.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

14.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.



SENADO FEDERAL

14.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

14.2 – Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

14.3 – Admitido o recurso, caso o pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.

14.4 – Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

14.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

15.2 – A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo **menor preço global anual** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XVI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

16.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

16.1.1 – O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

16.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVII – DAS PENALIDADES

17.1 – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item **16.1**, ficará sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao



SENADO FEDERAL

cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

17.2 – As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem **16.1.1**, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item **17.1**.

17.3 – Se a licitante ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

17.3.1 – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou de cometimento de fraude fiscal, ficará a contratada ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre:

- a) o valor total do ajuste, se contratada; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.

17.4 – Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVIII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

18.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

18.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

18.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

18.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 – O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

19.2 – Integram este edital os seguintes anexos:

- a) **Anexo 01** – Termo de Referência;
- b) **Anexo 02** – Equipe Técnica mínima, descrição de atividades e qualificação profissional requerida;
- c) **Anexo 03** – Materiais, Equipamentos e Uniformes;
- d) **Anexo 04** – Planilha de preços de 1 (um) profissional nos termos da Portaria nº 07/2011 do MPOG/SLTI;
- e) **Anexo 05** – Infraestrutura de Rede Atual do Senado Federal e Estimativa de Serviço a Ser Atendido;
- f) **Anexo 06** – Minuta de Contrato;
- g) **Anexo 07** – Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e Administração Pública; e
- h) **Anexo 08** – Modelo de Apresentação de Proposta.

19.3 – É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos pelo Pregoeiro.

19.4 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

19.5 – As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

19.6 – As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

19.7 – Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XX – DO FORO

20.1 – Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, ____ de _____ de 20__.

RONALDO WAGNER CARMONA
PREGOEIRO



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 30/2013

(Processo nº 016.765/10-9)

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e instalação de redes e de equipamentos telefônicos nos próprios do Senado Federal, durante o período de 12 meses consecutivos.
ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO	Conforme Anexos 02 e 03 deste edital. CATSER: 25739
JUSTIFICATIVA	A contratação pretendida é necessária para manter em operação todos os telefones desta Casa Legislativa.
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global Anual.
VALOR ESTIMADO	<u>Valores estimados mensais e anuais:</u> Item 1 – R\$ 86.243,40 - R\$ 1.034.920,80 Item 2 – R\$ 34.497,36 - R\$ 413.968,32 Item 3 – R\$ 17.248,68 - R\$ 206.984,16 <u>Valor total mensal:</u> R\$ 137.989,44 Valor global anual: R\$ 1.655.873,28 (um milhão, seiscentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta e três reais e vinte e oito centavos)
VIGÊNCIA DO CONTRATO	Conforme Cláusula Décima Quarta da Minuta de Contrato (Anexo 06).
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Sexta da Minuta de Contrato (Anexo 06).
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Natureza da despesa: Programa de trabalho:
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Nos próprios do Senado Federal, em Brasília-DF.
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima Quinta da Minuta de Contrato (Anexo 06).

Brasília, ____ de _____ de 20__.

RONALDO WAGNER CARMONA
PREGOEIRO



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2013

(Processo nº 016.765/10-9)

ANEXO 02

**EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA, DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES E QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL REQUERIDA**

1. Equipe Técnica

Para promover as atividades de manutenção e instalação de redes e de equipamentos telefônicos nos próprios do Senado Federal, deverá ser disponibilizada a seguinte equipe técnica mínima:

EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA (divido em dois turnos de 6 horas)			
Item	Quantidade Mínima de Funcionários	Categoria	
1	20	AUXILIAR TÉCNICO Grupo - Manutenção I	Auxiliar de Técnico de Comunicação de Dados nível 44 (do acordo coletivo de trabalho 2011/2013 Sinttel/Sindimest-DF – Número de Registro no MTE: DF000471/2011).
2	8	AUXILIAR TÉCNICO Grupo - Manutenção II	Auxiliar de Técnico de Gerência de Redes nível 44 (do acordo coletivo de trabalho 2011/2013 Sinttel/Sindimest-DF – Número de Registro no MTE: DF000471/2011).
3	4	AUXILIAR TÉCNICO Grupo - Manutenção III	Auxiliar de Técnico de Comunicação de Dados nível 44 (do acordo coletivo de trabalho 2011/2013 Sinttel/Sindimest-DF – Número de Registro no MTE: DF000471/2011).

2. Atividades a serem desenvolvidas pela equipe técnica:

As atividades desenvolvidas pelas equipes técnicas são de manutenção e instalação de redes e de equipamentos telefônicos desta Casa Legislativa, bem como acompanhamento de obras voltadas às instalações



SENADO FEDERAL

telefônicas nos seus diversos órgãos e gabinetes; e de acompanhamento, auxílio e execução de novas instalações de cabeamento, de linhas telefônicas e ramais, manutenção de aparelhos analógicos e fac-símiles, revisão de caixas e distribuidores telefônicos, mantendo o cadastro do sistema STELE, SPEC e Fax Corporativo atualizados.

2.1. Grupo de Manutenção I

Diariamente (Manutenção Corretiva):

- instalar e reparar redes de linhas telefônicas, caixas de entrada e saída, tomadas, fios e cabos, e estender fios e cabos condutores;
- instalar aparelhos e efetuar as ligações necessárias utilizando ferramentas e materiais apropriados;
- fazer a manutenção corretiva em aparelhos telefônicos analógicos;
- proceder a identificação dos pares de cabos ligados ao Distribuidor Geral (DG) e Distribuidores Intermediários (DI) nas mudanças de locais de linhas e ramais;
- acompanhar os serviços prestados por técnicos das Operadoras de Telecomunicações quando da instalação de linhas ou qualquer verificação necessária;
- instalar linhas diretas, linhas privadas (LP's), ramais, linhas de dados (LPCD) e ADSL;
- realizar testes em cabeamento telefônico estruturado e convencional com auxílio de equipamentos de teste especializados fornecidos pela Contratada e pelo Senado Federal.

Mensalmente (Manutenção Preventiva):

- manutenção preventiva de todos os distribuidores gerais do Senado Federal, incluindo revisão em todos os módulos de proteção de linhas, jumpers internos, cabos externos, pontos de aterramento, revisão nas caixas de passagem e de distribuição instaladas em todo o complexo predial do Senado Federal, verificação das tubulações existentes, tensionamento de cabos, excesso de umidade, ação de intempéries e roedores, fontes de ruído e interferências nas comunicações.

2.2. Grupo de Manutenção II

Diariamente (Operação):

- despachar ordens de serviço para os Grupos de Manutenção I e III.
- operação do Sistema STELE;
- análise das ordens de serviço para conferência e acompanhamento das mudanças patrimoniais;
- confecção de guia de transferência patrimonial;
- controle do estoque de materiais relativos ao Serviço de Administração da Rede Telefônica e Serviço de Telex e Telefax;
- orientação ao usuário para possíveis soluções de problemas por meio de telefone;
- execução das ordens de serviço de atualização, após análise das solicitações;



SENADO FEDERAL

- atualização do banco de dados do Sistema STELE;
- atualização do banco de dados dos sistemas do Serviço de Telex e Telefax;
- operação dos sistemas do Serviço de Telex e Telefax;
- operação do Sistema SPEC – Sistema de Postagem Eletrônica Corporativo;
- operação do Sistema de Fax Corporativo do Senado Federal;
- auxiliar os outros empregados em suas tarefas, em caso de necessidade;
- verificação de inconsistências no banco de dados do Sistema STELE;
- verificação de inconsistências no banco de dados do Sistema de Fax Corporativo do Senado Federal;
- verificação de inconsistências no banco de dados do Sistema SPEC – Sistema de Postagem Eletrônica Corporativo;
- confecção de relatórios.

2.3. Grupo de Manutenção III

Diariamente (Operação e Manutenção Corretiva):

- instalar e reparar aparelhos de fac-símile;
- análise dos defeitos reclamados e serviços solicitados de forma a possibilitar a orientação ao usuário para possíveis soluções de problemas por meio de telefone;
- atualização do banco de dados dos sistemas do Serviço de Telex e Telefax;
- operação dos sistemas do Serviço de Telex e Telefax;
- conferência da execução do serviço através de contato com o usuário;
- confecção de relatórios.

Mensalmente (Manutenção Preventiva):

- manutenção preventiva de todos os aparelhos de fac-símile do Senado Federal, incluindo revisão das programações existentes e instalações elétricas e telefônicas associadas, além da verificação de fontes de ruído e interferências nas comunicações.

3. Qualificação profissional da equipe técnica:

Os profissionais que compõem a equipe técnica deverão ter as seguintes qualificações profissionais:

3.1. Grupo de Manutenção – I



SENADO FEDERAL

- 2º grau completo;
- curso de IRLA – Instalador Reparador de Linhas e Aparelhos ministrado por instituição conceituada ou curso técnico de nível médio na área;
- curso de instalação e manutenção de cabeamento estruturado;
- curso de instalação, configuração e manutenção de linhas ADSL;
- curso de certificação e manutenção de cabeamento estruturado com auxílio de equipamento certificador de rede;
- conhecimento de rotinas de manutenção de telecomunicações;
- conhecimento de Microsoft Windows XP, Microsoft Word 2003, Microsoft Excel 2003, Microsoft Windows 7, Microsoft Word 2007, Microsoft Excel 2007.

3.2. Grupo de Manutenção – II

- 2º grau completo;
- conhecimento de rotinas de manutenção de telecomunicações;
- conhecimento de Microsoft Windows XP, Microsoft Word 2003, Microsoft Excel 2003, Microsoft Windows 7, Microsoft Word 2007, Microsoft Excel 2007;
- experiência na atividade de atendimento a usuário por telefone;

3.3. Grupo de Manutenção – III

- 2º grau completo;
- curso de IRLA – Instalador Reparador de Linhas e Aparelhos ministrado por instituição conceituada ou curso técnico de nível médio na área;
- curso de instalação e manutenção de cabeamento estruturado;
- curso de instalação, configuração e manutenção de linhas ADSL;
- curso de certificação e manutenção de cabeamento estruturado com auxílio de equipamento certificador de rede;
- experiência em manutenção e programação de aparelho de fac-símile;
- conhecimento de rotinas de manutenção de telecomunicações;
- conhecimento de Microsoft Windows XP, Microsoft Word 2003, Microsoft Excel 2003, Microsoft Windows 7, Microsoft Word 2007, Microsoft Excel 2007;
- experiência na atividade de atendimento a usuário por telefone;



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2013

(Processo nº 016.765/10-9)

ANEXO 03

MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E UNIFORMES

1. Materiais e equipamentos

1.1. Para cada membro do Grupo de Manutenção - I:

- 01 (uma) maleta modelo 007 em ABS, resistência de 80 Kg de compressão, estrutura em liga de alumínio, preta, com divisórias apropriadas para fixação das ferramentas, com **fechadura com segredo personalizável ou chave com segredo individualizado**;
- 03 (três) chaves de fenda (pequena – 3mm X 80mm, média - 4mm X80mm e grande – 6mm X 127mm);
- 03 (três) chaves Philips (pequena - 3mm X 80mm, média – 4mm X80mm e grande - 5mm X 127mm);
- 01 (um) alicate universal de 200mm com isolamento (referência Gedore 8280-8 OX ou similar);
- 01 (um) alicate de corte diagonal de 130mm com isolamento, para telefone (referência Gedore 8310-5 IOX ou similar);
- 01 (um) alicate de corte diagonal de 110mm com isolamento, para telefone (referência Gedore 8301-1C ou similar);
- 01 (um) alicate de bico longo e ponta oval de 160mm com isolamento, para telefone (referência Gedore VDE 8132-160 ou similar);
- 01 (um) alicate de bico longo e curvo (45º) de 160mm com isolamento, para telefone (referência Gedore VDE 8132 AB-160 ou similar);
- 01 (uma) pinça reta;
- 01 (um) conectador (wire up) – bitola 0,5;
- 01 (um) desconectador (wire up);
- 01 (um) badisco de teclado, com campainha e gancho de fixação em cinto;
- 01 (um) multímetro digital de 3 1/2 dígitos;
- 01 (um) ferro de soldar de 30 (trinta) watts;
- 01 (um) sugador de solda com protetor;
- 01 (uma) tesoura para fio telefônico (tesoura de cabista);



SENADO FEDERAL

- 01 (uma) ferramenta de inserção de condutores em blocos de conexão de engate rápido, modelo LSA-PLUS KRONE – código 6417 2 055-01;
- 01 (uma) ferramenta de inserção de condutores em conectores padrão RJ-45 FÊMEA CATEGORIA 5, 5E e 6, referência IDC 110;
- 01 (um) cordão de teste para blocos de conexão de engate rápido, modelo Krone 2/4 – código 6873 2 001 15;
- 01 (um) identificador de pares por indução, sem necessidade de decapagem do condutor;
- 01 (um) pincel de 3/4";
- 01 (um) estilete grande;
- 01 (uma) Chave Tipo Torx com Cabo Reto (na medida T10).

1.2. Para cada membro do Grupo de Manutenção - III:

- 01 (uma) maleta modelo 007 em ABS, resistência de 80 Kg de compressão, estrutura em liga de alumínio, preta, com divisórias apropriadas para fixação das ferramentas, com **fechadura com segredo personalizável ou chave com segredo individualizado**;
- 03 (três) chaves de fenda (pequena – 3mm X 80mm, média - 4mm X 80mm e grande – 6mm X 127mm);
- 03 (três) chaves Philips (pequena – 3mm X 80mm, média – 4mm X 80mm e grande – 5mm X 127mm);
- 01 (um) alicate de corte diagonal de 110mm com isolamento, para telefone (referência Gedore 8301-1C ou similar);
- 01 (um) alicate de bico longo e ponta oval de 160mm com isolamento, para telefone (referência Gedore VDE 8132-160 ou similar);
- 01 (uma) pinça reta;
- 01 (uma) pinça curva (45°);
- 01 (um) badisco de teclado, com campainha e gancho de fixação em cinto;
- 01 (um) multímetro digital de 3 1/2 dígitos;
- 01 (um) ferro de soldar de 30 (trinta) watts;
- 01 (um) sugador de solda com protetor;
- 01 (um) jogo de chaves de relojoeiro, com 6 peças, duas chaves Philips e quatro chaves de fenda em aço cromo-vanádio;
- 01 (um) pincel de 3/4";
- 01 (um) estilete grande.



SENADO FEDERAL

1.3. Para Uso Coletivo:

- 01 (um) certificador de rede categoria 5, 5E, 6 com as seguintes características (referência Ideal LanTEK II – 1000):
 - faixa de frequência: 1000 MHz;
 - especificação do Cabo Testado pelo equipamento=> CAT 3/ISO C, CAT 5/ISO D, 5e/D new, 6/E, CAT 6A/ISO EA, ISO F, ISO FA;
 - nível de precisão IV(ETL);
 - teste de patch Cord;
 - teste de cabeamento estruturado categoria 6 com capacidade de armazenamento com gráfico de no mínimo 1000 (mil) testes;
 - porta USB;
 - porta Serial;
 - equipamento Remoto portátil (de Mão) com Display de Cristal Líquido – LCD;
 - gerador de tom para determinar conexão fim a fim;
 - utilizar Bateria de Lithium-ion e ser fornecido com no mínimo 2 (duas).
- 01 (um) multímetro analógico com escala de 100 KΩ;
- 01 (uma) furadeira profissional;
- 05 (cinco) parafusadeiras elétricas recarregáveis, com controle de torque, formato caneta (referência Back&Decker KC 9019, ou similar);
- 02 (dois) jogos de broca para concreto;
- 02 (dois) jogos de broca para aço;
- 02 (duas) pistolas aplicadoras de cola-bastão, para cola de 11mm de diâmetro, linha profissional;
- 05 (cinco) rádios de comunicação com potência adequada à cobertura do complexo predial do Senado;
- 03 (três) jalecos na cor azul-marinho, longos, tecido resistente, com logotipo da empresa e inscrição nas costas com os dizeres: “A SERVIÇO DA STELE – SENADO FEDERAL”;
- 05 (cinco) guarda-chuvas grandes;
- 05 (cinco) pares de luvas em couro de vaqueta para serviços gerais com CA;
- 03 (três) óculos de proteção com CA;
- 05 (cinco) pares de botas de borracha com CA;
- 02 (duas) estações de solda com regulagem de temperatura;
- 02 (dois) jogos de chave de relojoeiro, com 6 peças, duas chaves Philips e quatro chaves de fenda em aço cromo-vanádio;
- 02 (duas) lanternas com lâmpada halógena de alto brilho, alimentada por bateria quadrada de 6V, a prova d’água.



SENADO FEDERAL

2. Uniformes:

A Contratada deverá fornecer a seus empregados, para uso permanente em serviço, uniformes completos, de boa qualidade, adequados ao atendimento a gabinetes parlamentares, devendo a empresa submeter amostra para aprovação, por parte da STELE, do modelo, cor e qualidade, estando resguardado o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados, e devendo os mesmos ser substituídos em caso de desgaste.

Os uniformes deverão ser compostos de:

Masculino:

- a) 05 (cinco) camisas sociais manga longa;
- b) 03 (três) calças sociais;
- c) 05 (cinco) pares de meia;
- d) 02 (dois) pares de sapatos em couro;
- e) 02 (duas) gravatas;
- f) 01 (um) cinto em couro;

Feminino:

- a) 02 (dois) terninhos;
- b) 05 (cinco) blusas;
- c) 03 (três) calças ou saias;
- d) 02 (dois) pares de sapatos em couro;



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2013

(Processo nº 016.765/10-9)

ANEXO 04

PLANILHA DE PREÇOS DE 1 (Um) PROFISSIONAL NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 07/2011 DO MPOG/SLTI

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS			
AUXILIAR TÉCNICO			
Empresa			
CNPJ			
CCT ou ACT			
Data Proposta			
CATEGORIA	AUXILIAR TÉCNICO EM TELECOMUNICAÇÕES		
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Percentuais	VALOR PROPOSTA
	Salário Base		
	Adicional Periculosidade		
	Adicional Insalubridade SM		
	Adicional Noturno		
	Hora noturna adicional		
	Adicional de HE		
	Intervalo interjornada		-
	Outros		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO			-
MÓDULO 2 - BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			
	Auxílio Transporte {(3+1,50x...(dias) -6% s/ salário} (Decreto nº 26.501/2005 - GDF)		
	Auxílio Alimentação (R\$ 22,12 por dia trabalhado)		
	Assistência Médica (Convenção Coletiva)		
	Contribuição Assistencial - Convenção Coletiva de Trabalho		
	Seguro de vida ou invalidez		
	Auxílio funeral (convenção coletiva cláusula)		
TOTAL DOS BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS			-
MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS			
	Insumos Diversos		
	Uniforme (EPI)		
	Materiais (de consumo)		
	Equipamentos		
	Outros		
TOTAL DE INSUMOS DIVERSOS:			-
MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS			
4.1.PREVIDENCIÁRIO E FGTS		Percentuais	VALORES



SENADO FEDERAL

	INSS (art. 22, inciso I, Lei nº 8.212/91)	20,00%	-
	SESI ou SESC (art. 30, Lei nº 8.036/90 e art. 1º, Lei 8.154/90)	1,50%	-
	SENAI ou SENAC (Decreto nº 2.318/86)	1,00%	-
	INCRA (art. 1º, I, Decreto Lei 1.146/70 e Lei 7.787, de 30/06/89)	0,20%	-
	Salário Educação (art. 3º, inciso I, Decreto nº 87.043/82)	2,50%	-
	FGTS (Lei Complementar nº 110/01 e art. 30, Lei nº 8.036/90)	8,00%	-
	Risco de Acidente do Trabalho/RAT/INSS (inciso II,B, Lei 8.212/91 e Anexo V, Decreto 6.042/08) (1) (Variável de 1% a 3%)		-
	SEBRAE (§ 3º, art. 8º, Lei 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90)	0,60%	-
	TOTAL :	33,80%	-
4.2	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	Percentuais	VALORES
	13º Salário	8,33%	-
	Adicional de Férias	2,78%	-
	Subtotal	11,11%	-
	Incidência do 4.1. sobre o 13º salário e adicional de férias	0,00%	-
	TOTAL :	11,11%	-
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	Percentuais	VALORES
	Afastamento maternidade		
	Incidência do 4.1. sobre afastamento maternidade	0,00%	-
	Incidência do 4.1. sobre remuneração e 13º do substituto pelo período de 120 dias de licença-maternidade		
	TOTAL :	0,00%	-
4.4.	PROVISÃO P/ RESCISÃO	Percentuais	VALORES
	Aviso Prévio Indenizado (art. 7º, XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT) (2)		
	Incidência de FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,00%	-
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio Indenizado		
	Aviso Prévio Trabalhado (art. 7º, inciso XXI, CF e 477, 487 e 491, CLT)		
	Incidência do 4.1. sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,00%	-
	Multa do FGTS e da Contribuição Social do Aviso Prévio trabalhado		
	TOTAL :	0,00%	-
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Percentuais	VALORES
	Férias	8,33%	
	Auxílio doença (arts. 59 a 64, Lei 8.213/91, art. 18, Lei nº 8.212/91 e art. 476, CLT)		
	Licença paternidade (art. 7º, inciso XIX, CF e 10, § 1º CLT)		
	Faltas legais (art. 473 e 83, CLT)		
	Acidente de Trabalho (arts. 19 a 23, Lei 8.213/91, art. 473, CLT e Lei nº 6.367/76)		
	Outros	0,00%	-
	Subtotal	8,33%	-
	Incidência do 4.1. sobre o Custo da Reposição	0,00%	-
	TOTAL :		-
QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)			
4	MÓDULO 4 (ENCARGOS TRABALHISTAS)		
4.1.	PREVIDENCIARIO E FGTS	33,80%	-
4.2.	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	11,11%	-
4.3.	AFASTAMENTO MATERNIDADE	0,00%	-



SENADO FEDERAL

4.4.	PROVISÃO RESCISÃO	0,00%	-
4.5.	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	0,00%	-
	TOTAL :	44,91%	-
	TOTAL1 (MÓDULOS: 1+2+3+4)		R\$ 0,00
MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
5		Percentuais	VALORES
A	CUSTOS INDIRETOS		
B	TRIBUTOS		
B.1	Tributos Federais COFINS	7,60%	-
	Tributos Federais PIS	1,65%	-
B.2	Tributos Estaduais		
B.3	Tributos Municipais ISS	5,00%	-
B.4	Outros Tributos		
	Subtotal		-
C	LUCRO		
	VALOR TOTAL (SUBTOTAL MÓDULO 5 + LUCRO)	14,25%	-
AUXILIAR TÉCNICO		Quantidade	VALORES
	TOTAL UNITÁRIO	1	0,00
	(QUANTITATIVO DESTA CONTRATAÇÃO)	1	0,00
	TOTAL GERAL		

QUANTITATIVO EQUIPE TÉCNICA POR GRUPO		
Grupo	Quantidade	Categoria
Manutenção I		AUXILIAR TÉCNICO
Manutenção II		AUXILIAR TÉCNICO
Manutenção III		AUXILIAR TÉCNICO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Empresa especializada para prestação de serviços de manutenção e instalação de redes e de equipamentos telefônicos nos próprios do Senado Federal		
Descrição	Preço Mensal (R\$)	Preço Anual (R\$)
Grupo de Manutenção I		
Grupo de Manutenção II		
Grupo de Manutenção III		
Total		



SENADO FEDERAL



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2013

(Processo nº 016.765/10-9)

ANEXO 05

INFRAESTRUTURA DE REDE ATUAL DO SENADO FEDERAL E ESTIMATIVA DE SERVIÇO A SER ATENDIDO

1. Infraestrutura de rede

A infra-estrutura de rede atual, sob responsabilidade do Serviço de Administração da Rede Telefônica, compõe-se de, aproximadamente:

- 11.450 (onze mil quatrocentos e cinquenta) pares metálicos de rede interna chegando ao DG principal (Unidade de Apoio VI – STELE), distribuídos por todo o complexo predial do Senado;
- 980 (novecentos e oitenta) pares metálicos de rede externa interligando o DG principal às Concessionárias de Telecomunicações;
- 360 (trezentos e sessenta) pares metálicos de rede interna nas Residências Oficiais da SQS 309;
- 200 (duzentos) pares metálicos de rede externa interligando os blocos C, D e G das Residências Oficiais da SQS 309;
- 180 (cento e oitenta) pares metálicos de rede externa interligando o PABX das Residências Oficiais da SQS 309 às Concessionárias de Telecomunicações;
- rede interna da Residência Oficial da Presidência do Senado Federal - Lago Sul;
- rede interna do Centro de Transmissão do Colorado;
- 400 (quatrocentas) caixas de distribuição telefônica;
- 11 (onze) DG's: STELE – Unidade de apoio VI, Centro de Transmissão do Colorado, Residências Oficiais – Asa Sul, Residência Oficial – Lago Sul, Anexo II – subsolo, Anexo I – Subsolo, SAMS – Unidade de Apoio IV, SEEP- Via N2, SEI – PRODASEN – Via N2, SETRAN – garagem externa, Interlegis – Via N2;
- sistemas de rede estruturada e convencional;
- galerias subterrâneas interligando diversas edificações;
- cabos CCI, CI, CCE e CTP-APL privativos do Senado com capacidade variando de 01 (um) até 600 (seiscentos) pares;
- lances de cabos privativos do Senado de até 1 (um) Km;



SENADO FEDERAL

- emendas de cabos CI e CTP-APL (Raychem termocontráteis) em diversos tamanhos (utilizando conectores 3M e picabond);
- diversos tipos de blocos de conexão tais como blocos Krone de engate rápido, BLI, Cook B-303, Cook rotativo com corte, Cook rotativo sem corte.

A infra-estrutura atual de Telex e Telefax, sob responsabilidade do Serviço de Telex e Telefax, compõe-se de, aproximadamente:

- 288 (duzentos e oitenta e oito) aparelhos de Fac-símile instalados no Senado;
- 96 (noventa e seis) aparelhos de Fac-símile instalados nas Residências Oficiais.

2. Estimativa de serviço a ser atendido

QUANTIDADE DE ORDENS DE SERVIÇO POR ANO

Tipo de Ordem de Serviço	Quantidade Estimada Anual	Grau de Complexidade para Supervisão (menor = 1) e (maior = 3)	Grau de Complexidade para Execução (menor = 1) e (maior = 3)
acompanhamento de obras nas instalações telefônicas do Senado Federal	96	1	2
acompanhamento de serviços prestados por técnicos das operadoras de telecomunicações	30	1	1
acompanhamento e supervisão de serviços de engenharia	48	1	2
administração de arquivos de projetos	48	1	1
atualização de cadastro	704	1	1
atualização de projetos existentes	48	1	2
batimento de rede	12	2	2
bloqueio de terminal	149	1	1
confeção de guia de transferência patrimonial;	1998	1	1
confeção de relatórios/ elaboração de listas / elaboração de relatórios	140	1	1
controle de estoque	48	1	2
controle de extravio de aparelho	48	1	1
controle de processos	48	1	1
cópias de documentos	48	1	1
criação de rota de emergência	4	1	2



SENADO FEDERAL

Tipo de Ordem de Serviço	Quantidade Estimada Anual	Grau de Complexidade para Supervisão (menor = 1) e (maior = 3)	Grau de Complexidade para Execução (menor = 1) e (maior = 3)
desinstalação	38	2	2
desinstalação de bloqueador	6	1	1
digitalização de Ramal	10	2	2
elaboração de projetos	96	1	2
empréstimo de linha e aparelho	30	2	3
entrega de documentos	48	1	1
fax - atualização de cadastro	10	1	1
fax - instalação de aparelho	42	2	1
fax - instrução de uso	18	1	1
fax - manutenção corretiva	347	1	2
fax - preventiva	48	1	1
fax - programação	58	1	1
fax - remanejamento de aparelho	173	1	2
fax - troca de aparelho	50	1	1
instalação de linha e aparelho / reinstalação	849	2	3
instalação de aparelho analógico ou digital / reposição de aparelho	67	2	1
instalação de cabeamento convencional	500	3	3
instalação de cabeamento estruturado	500	3	3
instalação de cabo de distribuição primário	2	3	3
instalação de cabo de distribuição secundário	20	3	3
instalação de expansor para aparelho digital	41	1	1
instalação de fone de ouvido/base	16	1	1
instalação de linha ADSL	10	2	2
instalação de LP	16	2	2
instalação temporária	13	1	2
levantamento de áreas a serem modificadas e/ou devidamente documentadas	48	1	3



SENADO FEDERAL

Tipo de Ordem de Serviço	Quantidade Estimada Anual	Grau de Complexidade para Supervisão (menor = 1) e (maior = 3)	Grau de Complexidade para Execução (menor = 1) e (maior = 3)
limpeza de aparelho	1119	1	1
manutenção corretiva	5162	1	2
manutenção de aparelho analógico	300	1	2
manutenção de fone de ouvido	28	1	2
organização, classificação em caixas arquivo	48	1	2
permuta entre terminais	35	2	1
realização de consulta a banco de dados sob demanda	100	1	1
recebimento de linha	26	1	1
recolhimento de aparelho / devolução de aparelho	134	1	1
recolhimento de fone de ouvido	5	1	1
remanejamento externo	1132	3	2
remanejamento interno	2791	2	2
serviço de protocolo	48	1	1
teste em cabeamento telefônico	12	2	2
tramitação de processos - sistema CAD	48	1	1
troca de aparelho	1119	1	1
varredura	15	3	3
visita preventiva	54	2	2
vistoria	48	3	3
vistoria das instalações físicas da Secretaria de Telecomunicações	48	1	2
vistoria de instalações telefônicas	48	2	3
QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA DE ORDENS DE SERVIÇO			18.845

OCORRÊNCIA DIÁRIA DE ORDENS DE SERVIÇO NO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DA REDE TELEFÔNICA (SEARTE) ENTRE 2006 E 2011

SEARTE (grupos I e II)					
	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta



SENADO FEDERAL



Horas	Min	Max	Min	Max	Min	Max	Min	Max	Min	Max
07:00 a 07:59	0	14	0	2	0	3	0	2	0	2
08:00 a 08:59	0	50	0	17	0	48	0	33	0	62
09:00 a 09:59	1	110	1	86	1	166	1	175	1	112
10:00 a 10:59	1	65	1	56	1	183	1	98	1	47
11:00 a 11:59	1	74	1	46	1	45	1	87	1	58
12:00 a 12:59	1	57	1	70	1	56	1	91	1	266
13:00 a 13:59	1	32	1	52	1	154	1	55	1	114
14:00 a 14:59	1	24	1	68	1	40	1	55	1	39
15:00 a 15:59	1	155	1	43	1	77	1	137	1	68
16:00 a 16:59	1	74	1	63	1	69	1	73	1	36
17:00 a 17:59	1	132	1	92	1	62	1	105	1	68
18:00 a 18:59	1	105	1	18	1	119	1	49	1	54
19:00 a 19:59	0	50	0	27	0	91	0	81	0	2
20:00 a 20:30	0	3	0	2	0	12	0	14	0	1

OCORRÊNCIA DIÁRIA DE ORDENS DE SERVIÇO NO SERVIÇO DE TELEX E TELEFAX (SETETE) ENTRE 2006 E 2011

SETETE (grupos III)										
	Segunda		Terça		Quarta		Quinta		Sexta	
Horas	Min	Max	Min	Max	Min	Max	Min	Max	Min	Max
07:00 a 07:59	0	3	0	1	0	1	0	0	0	1
08:00 a 08:59	0	2	0	8	0	14	0	0	0	2
09:00 a 09:59	1	4	1	4	1	4	1	1	1	5
10:00 a 10:59	1	5	1	3	1	7	1	1	1	8
11:00 a 11:59	1	4	1	6	1	4	1	1	1	5
12:00 a 12:59	1	16	1	8	1	3	1	1	1	3
13:00 a 13:59	1	6	1	4	1	3	1	1	1	6
14:00 a 14:59	1	11	1	4	1	7	1	1	1	13
15:00 a 15:59	1	5	1	6	1	4	1	1	1	5
16:00 a 16:59	1	10	1	7	1	7	1	1	1	9
17:00 a 17:59	1	4	1	16	1	4	1	1	1	12
18:00 a 18:59	1	10	1	2	1	5	1	1	1	9
19:00 a 19:59	0	2	0	9	0	2	0	1	0	1
20:00 a 20:30	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1

OBS: As quantidades aqui representadas constituem serviços realizados, não representando qualquer compromisso futuro por parte do Senado na manutenção desses quantitativos.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2013

(Processo nº 016.765/10-9)

ANEXO 06

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO, por intermédio do SENADO FEDERAL e do outro, a empresa _____ para a **prestação de serviços de manutenção e instalação de redes e de equipamentos telefônicos nos próprios do Senado Federal, durante o período de 12 meses consecutivos.**

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº ____/2012, homologado pela Senhora Diretora-Geral, às fls. ____ do Processo nº 016.765/10-9, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. ____/____ a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de manutenção e instalação de redes e de equipamentos telefônicos nos próprios do Senado Federal, durante o período de 12 meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.



SENADO FEDERAL



CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e qualificações que ensejaram sua contratação, bem como em compatibilidade com as obrigações assumidas;

II - apresentar cópia autenticada do ato constitutivo sempre que houver alteração;

III - efetuar o pagamento de seguros, encargos previdenciários, fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato;

IV - manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

V - manter preposto aceito pelo gestor do contrato, durante o período de vigência, para representá-la sempre que for necessário, não podendo este ser um dos empregados deste Contrato;

VI - efetuar o pagamento de eventuais serviços extraordinários, por empregado, respeitados os limites fixados pela legislação e Convenção Coletiva da categoria;

VII - fornecer aos seus empregados uniformes e calçados, vedado o desconto dos respectivos custos nos salários;

VIII - fornecer ao(s) gestor(es) do contrato relação nominal, em meio digital (Cd), dos empregados em serviço nas dependências do Senado Federal, com as respectivas funções, endereços residenciais e horário de trabalho, indicando o local em que exercem suas atividades, e comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer;

IX - apresentar relação do pessoal técnico e de apoio administrativo que operará em caráter residente nas instalações do Senado Federal e dos que atuarão por intermédio de visitas e inspeções sistemáticas para aprovação pela Secretaria de Telecomunicações – STELE que, uma vez aprovada a relação, somente poderá ser alterada com a aquiescência do mencionado órgão;

X - observar a legislação trabalhista e previdenciária e convenção coletiva de trabalho da respectiva categoria, efetuando as anotações nas carteiras de trabalho, inclusive quanto à categoria profissional a ser exercida;



SENADO FEDERAL

XI - fornecer toda mão-de-obra, ferramentas, instrumentos e meios de locomoção no quantitativo que se fizerem necessários à execução dos serviços;

XII - comunicar ao(s) gestor(es) do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, registrando-as no Livro de Ocorrências com os dados e circunstâncias julgados necessários ao relato e ao estabelecimento dos fatos, inclusive as faltas ocorridas, sendo as folhas rubricadas pelas partes;

XIII - manter disciplina nos locais dos serviços e retirar o empregado com conduta julgada inconveniente;

XIV - manter seus empregados uniformizados, identificando-os por intermédio de crachás, com fotografia recente, e provendo-os dos equipamentos de proteção individual - EPI'S;

XV - substituir o profissional por outro que atenda às mesmas exigências feitas com relação ao substituído, nos seguintes casos:

- a) falta justificada ou injustificada;
- b) gozo de férias;
- c) licença e/ou atestado médico: e
- d) solicitação do gestor deste contrato.

XVI - efetuar o pagamento aos profissionais alocados nos seguintes prazos:

- a) salário até o 5º dia útil do mês subsequente a realização dos serviços;
- b) o pagamento de custos de alimentação e transporte até o 5º dia útil do mês em referência;
 - b.1)** auxílio alimentação no valor de R\$ 22,12 (vinte e dois reais e doze centavos) por dia trabalhado, do mês em referência, fixado por decisão da Comissão Diretora, conforme 14ª Reunião de 2011, de 20/12/2011; e
 - b.2)** transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte para atender os dias de trabalho do mês em referência.

XVII – pagar a todos os seus funcionários o benefício de vale-transporte e auxílio-alimentação, contudo se isso não for cumprido integralmente, dado que algum dos empregados não queira auferir tal benefício, a CONTRATADA efetuará o desconto dos valores previstos na proposta para custear esses benefícios, deixando também de efetuar desconto na remuneração dos funcionários a este título. Caso o desconto não seja efetuado na fatura, ficará o gestor autorizado a efetuar a glosa dos valores unilateralmente.



SENADO FEDERAL



XVIII - prestar os serviços objeto do contrato com a utilização de ferramental adequado e por meio de empregados comprovadamente especializados e treinados;

XIX – responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares e das orientações de segurança determinadas pelo SENADO, instruindo-os quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Senado;

XX - manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos imediatamente, sendo que os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

XXI - identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do SENADO;

XXII - responsabilizar-se pela guarda das ferramentas e equipamentos de sua propriedade alocados para execução dos serviços, não cabendo ao Senado qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outros fatos que possam vir a ocorrer;

XXIII - responsabilizar-se por seus empregados, ficando o SENADO isento de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, inclusive trabalhista;

XXIV - responsabilizar-se por qualquer atendimento médico de seus empregados, por acidente ou mal súbito, ocorrido no horário de expediente;

XXV - comprovar que os profissionais apontados no Atestado de Capacidade Técnica apresentado fazem parte do quadro permanente da empresa, em conformidade com a Lei 8.666/93, artigo 30, parágrafo 1º, inciso I.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, a Planilha de Preços, devidamente preenchida de todas as categorias profissionais presentes nesta contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA assume toda e qualquer responsabilidade no que se refere à relação com seus empregados, inclusive quanto ao fornecimento de auxílio-alimentação, auxílio-transporte e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, isentando o SENADO de qualquer responsabilidade solidária.

PARÁGRAFO QUARTO - Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes de trabalho e de execução durante a vigência dos serviços contratados.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados ou prepostos ao SENADO ou a terceiros, nas dependências do SENADO.

PARÁGRAFO SEXTO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do Senado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - É vedada a contratação, por parte da CONTRATADA e para prestarem os serviços objeto do presente contrato, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o 3º grau, na linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, dos Senadores e servidores do Quadro de Pessoal do SENADO, ocupantes de cargos ou funções comissionadas de direção, na forma do disposto nos Atos da Comissão Diretora do Senado Federal nº 12/2010 e 05/2011 e Decreto nº 7.203, de 2010.

PARÁGRAFO OITAVO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Deverá o SENADO, representado pelos gestores titular e substituto, devidamente nomeados, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, inclusive:

- I.** sustar a execução de qualquer trabalho que esteja em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se torne necessária;
- II.** exigir a retirada de qualquer empregado da CONTRATADA que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços;
- III.** manter, junto à CONTRATADA, criterioso registro dos acontecimentos no Livro de Ocorrências;
- IV.** exigir e conferir todos os documentos previstos no edital da licitação que habilitou a CONTRATADA, como condição para a prorrogação deste contrato;
- V.** propor ao órgão competente pela instrução, a aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação, no caso de constatar irregularidade cometida pela Contratada;
- VI.** encaminhar os fatos à deliberação superior, com vistas a oficializar os órgãos públicos competentes para a adoção das medidas corretivas e punitivas aplicáveis, no caso de haver indícios de apropriação indébita e de prejuízo ao Erário e aos empregados da Contratada;
- VII.** liberar a garantia contratual, desde que não constatada qualquer pendência, inclusive quanto ao recolhimento dos encargos sociais por parte da Contratada;



SENADO FEDERAL



- VIII.** efetuar o pagamento conforme valores constantes na planilha de formação de preço e o Acordo de Nível de Serviço (ANS) obtido, no prazo de 9 (nove) dias úteis, contado do recebimento da nota fiscal com a discriminação dos serviços, ficando condicionado à prévia atestação do gestor e à apresentação da garantia prevista nessa especificação;
- IX.** havendo vício a reparar em relação à nota fiscal apresentada, ou em caso de descumprimento pela Contratada de obrigação contratual, suspender o pagamento até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA executará os serviços objeto deste contrato diretamente e sob sua orientação, devendo o início da prestação dos serviços dar-se no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** após a assinatura deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os serviços prestados deverão estar de acordo com as normas gerais de manutenção atinentes à espécie e com os manuais e normas técnicas dos fabricantes, ficando a CONTRATADA responsável por quaisquer prejuízos causados aos equipamentos e instalações por falta de manutenção adequada.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA deverá executar os serviços descritos no Anexo 02 do edital.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Equipe Técnica da CONTRATADA operará em caráter permanente nas dependências do Senado Federal, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 20h30, ininterruptamente.

PARÁGRAFO QUARTO – Para cobrir as restantes horas do dia, inclusive finais de semana e feriados, a CONTRATADA, quando solicitado pelo gestor, se obriga a disponibilizar equipes com número de profissionais suficiente para a execução dos serviços demandados, sem que isso implique qualquer pagamento adicional à mesma.

PARÁGRAFO QUINTO - Quando da realização de sessões extraordinárias no SENADO, fora dos dias e horários normais de funcionamento, caso julgado necessário pelo gestor, a equipe técnica permanecerá de plantão, até o encerramento dos trabalhos legislativos.

PARÁGRAFO SEXTO - Para a prestação dos serviços serão consideradas as seguintes definições:

I - Manutenção Corretiva – a manutenção corretiva tem por objetivo restabelecer as condições ideais de funcionamento dos equipamentos e redes, eliminando os defeitos técnicos e/ou os decorrentes do uso normal.

II - Manutenção Preventiva – a manutenção preventiva tem por objetivo evitar a ocorrência de quebras e defeitos, bem como garantir o contínuo e perfeito funcionamento



SENADO FEDERAL

dos equipamentos, e abrangerá os serviços de identificação de situações que possam causar avarias ou indisponibilidades ao sistema de telecomunicações.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os serviços de manutenção corretiva ou preventiva que exijam desligamento de sistemas serão executados em horários fora do expediente normal, podendo ser executados aos sábados, domingos ou feriados, de acordo com a conveniência do SENADO, não implicando em pagamento adicional à CONTRATADA.

PARÁGRAFO OITAVO - Os empregados da CONTRATADA deverão obedecer aos seguintes padrões de conduta:

- apresentar-se uniformizado(a) e com asseio;
- ser discreto(a) e cortês;
- zelar pelos equipamentos, softwares e materiais que utilizar ou tiver acesso;
- guardar sigilo de todas as informações a que tiver acesso;
- obedecer a padrões de atendimento estabelecidos pela STELE;
- prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, observadas as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

PARÁGRAFO NONO - A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao gestor, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, no menor espaço de tempo possível, reduzirá a escrito as comunicações verbais, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgadas necessárias aos esclarecimentos dos fatos.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo gestor.

CLÁUSULA QUINTA - DOS NÍVEIS DE SERVIÇO

A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos neste contrato, no edital e seus anexos de acordo com os níveis de serviço a seguir especificados, estando sujeita a glosas pelo descumprimento do Acordo de Nível de Serviço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá garantir o cumprimento dos indicadores de desempenho para os grupos de serviços, descritos a seguir:

I - Nível de Serviço (NS): representa a porcentagem dos serviços iniciados e executados dentro dos prazos estabelecidos neste ANS, por grupo de serviço.

- a.** O NS será apurado diariamente;



SENADO FEDERAL



- b. O NS será apurado para os grupos de serviços previstos neste contrato;
- c. O cálculo do percentual do NS diário será efetuado com auxílio de planilha eletrônica, onde se irá apurar o percentual executado tempestivamente de todas as atividades solicitadas, obedecendo à seguinte fórmula:

Descrição do Registro	Sigla
Quantidade de Serviços Solicitados	QSS
Quantidade de Serviços Iniciados Intempestivamente	QSII
Quantidade de Serviços Executados Intempestivamente	QSEI

$$\text{Nível de Serviço (\%)} = 100\% - \frac{\text{QSII} + \text{QSEI}}{\text{QSS}} \times 100$$

- d. O NS para os grupos de serviços deverá ser de 90% (noventa por cento);
- e. Planilhas de Cálculo de NS:

e.1. Para o cálculo da Quantidade de Serviços Iniciados Intempestivamente (QSII) será considerado o total de solicitações iniciadas após o Tempo Máximo de Início de Execução de 30 (trinta) minutos da disponibilização da Ordem de Serviço para execução, sendo esse prazo somado aos previstos nas planilhas de Tempo Máximo de Execução para as tarefas. O serviço será considerado iniciado quando um membro do Grupo de Manutenção contatar o usuário solicitante.

e.2. As Ordens de Serviço a serem executadas nas Residências Oficiais e Centro de Transmissão do Colorado, deverão ter Tempo Máximo de Início de Execução de 60 (sessenta) minutos da disponibilização da Ordem de Serviço para execução, sendo esse prazo somado aos previstos nas planilhas de Tempo Máximo de Execução para as tarefas. O serviço será considerado iniciado quando um membro do Grupo de Manutenção comparecer ao local do chamado.

e.3. Para o cálculo da Quantidade de Serviços Executados Intempestivamente (QSEI) será considerado o total de solicitações executadas fora dos prazos estabelecidos nas tabelas seguintes, ou seja, não executadas dentro do **Tempo Máximo de Execução acrescido do seu respectivo Tempo Máximo de Início de Execução**, em horas e minutos decorridos, que é definido como sendo o prazo que a Contratada tem, contado a partir da disponibilização da Ordem de Serviço, para resolver o problema descrito, retornar o serviço ao seu correto funcionamento e/ou disponibilidade, incluídos nesse os tempos de distribuição das Ordens de Serviço e deslocamentos necessários.



SENADO FEDERAL

e.4. Em caso de ocorrência de mais de 80 (oitenta) Ordens de Serviços diárias, as que excederem essa quantidade terão seu Tempo Máximo de Execução dobrado.

e.5. No dia seguinte será calculado o total de serviços que foram iniciados intempestivamente, bem como o total de serviços que foram executados intempestivamente, que indicarão os dados Quantidade de Serviços Iniciados Intempestivamente – QSII e Quantidade de Serviços Executados Intempestivamente – QSEI utilizados na fórmula de cálculo do NS.

Tabela 1 - Tempo Máximo de Execução para o Grupo de Manutenção I

Item	Atividades	Tempo máximo de execução (hh:mm)
1	acompanhamento de obras nas instalações telefônicas do Senado Federal	02:00
2	acompanhamento de serviços prestados por técnicos das operadoras de telecomunicações	04:00
3	atualização de cadastro	02:00
4	batimento de rede	24:00
5	bloqueio de terminal	02:00
6	criação de rota de emergência	02:00
7	desinstalação	02:00
8	desinstalação de bloqueador	02:00
9	instalação de linha e aparelho	02:00
10	instalação de aparelho analógico ou digital	02:00
11	instalação de cabeamento convencional	24:00
12	instalação de cabeamento estruturado	24:00
13	instalação de cabo de distribuição primário	48:00
14	instalação de cabo de distribuição secundário	24:00
15	instalação de expansor para aparelho digital	02:00
16	instalação de fone de ouvido/base	02:00
17	instalação de linha ADSL	02:00
18	instalação de LP	02:00
19	instalação temporária	02:00
20	manutenção corretiva	02:00
21	manutenção de aparelho analógico	03:00
22	manutenção de fone de ouvido	02:00
23	permuta entre terminais	02:00
24	recebimento de linha	02:00
25	recolhimento de aparelho	02:00
26	recolhimento de fone de ouvido	02:00
27	reinstalação	02:00
28	remanejamento externo	02:00
29	remanejamento interno	02:00
30	reposição de aparelho	02:00
31	teste em cabeamento telefônico	02:00
32	troca de aparelho	02:00
33	varredura	04:00
34	visita preventiva	02:00
35	vistoria	02:00



SENADO FEDERAL



Tabela 2 - Tempo Máximo de Execução para o Grupo de Manutenção II

Item	Atividades	Tempo máximo de execução (hh:mm)
36	atualização de cadastro	02:00
37	confeção de guia de transferência patrimonial;	00:30
38	controle de estoque	02:00
39	controle de extravio de aparelho	02:00
40	controle de processos	02:00
41	cópias de documentos	02:00
42	devolução de aparelho	02:00
43	elaboração de listas	02:00
44	elaboração de relatórios	02:00
45	empréstimo de linha e aparelho	02:00
46	entrega de documentos	02:00
47	limpeza de aparelho	02:00
48	organização, classificação em caixas arquivo	02:00
49	realização de consulta a banco de dados sob demanda	00:30
50	serviço de protocolo	02:00
51	tramitação de processos - sistema CAD	02:00

Tabela 3 - Tempo Máximo de Execução para o Grupo de Manutenção III

Item	Atividades	Tempo máximo de execução (hh:mm)
52	fax - atualização de cadastro	02:00
53	fax - instalação de aparelho	02:00
54	fax - instrução de uso	02:00
55	fax - manutenção corretiva	02:00
56	fax - preventiva	02:00
57	fax - programação	02:00
58	fax - remanejamento de aparelho	02:00
59	fax - troca de aparelho	02:00

II - Índice de Qualidade do Atendimento (IQA) é a avaliação da qualidade dos serviços prestados pelos agentes dos grupos de serviços.

- O IQA será apurado diariamente;
- Os dados para a apuração do IQA serão obtidos a partir das respostas ao questionário de Controle de Qualidade do Serviço de Atendimento ao Usuário/STELE;
- O IQA que deverá ser garantido pela Contratada é de, no mínimo, 85,00% (oitenta e cinco por cento).



SENADO FEDERAL

- d. O cálculo do IQA será efetuado com auxílio de planilha eletrônica, onde se irá apurar o percentual de cada conceito de todas as atividades solicitadas, obedecendo à seguinte fórmula:

Descrição do Registro	Sigla
Quantidade de Serviços Solicitados	QSS
Quantidade de Serviços Avaliados Como Excelente	QSE
Quantidade de Serviços Avaliados Como Bom	QSB
Quantidade de Serviços Avaliados Como Ruim	QSR
Quantidade de Serviços Avaliados Como Péssimo	QSP

$$IQA (\%) = 100x \frac{QSE}{QSS} + 85x \frac{QSB}{QSS} - 25x \frac{QSR}{QSS} - 50x \frac{QSP}{QSS}$$

PARÁGRAFO SEGUNDO – A avaliação dos Serviços no Mês sem Contingência será feita conforme abaixo:

- I** - O SENADO realizará avaliação mensal dos serviços contratados, conforme parágrafo quarto desta cláusula - Critérios de Avaliação;
- II** - À CONTRATADA serão atribuídos 100 (cem) pontos mensais, não cumulativos, dos quais serão descontados pontos por descumprimento dos indicadores de desempenho, conforme descrição e pontuação apresentadas no parágrafo quarto desta cláusula - Critérios de Avaliação;
- III** - O cálculo da Nota de Avaliação será efetuado pelo Senado, conforme abaixo:
 - a. A nota inicial no primeiro dia do mês será de 100 pontos;
 - b. Os pontos perdidos serão calculados conforme descrito na tabela de avaliação apresentada no parágrafo quarto desta cláusula - Critérios de Avaliação.

Nota de Avaliação (NA) = 100 - (Somatório dos Pontos Perdidos)

- IV** - Sempre que a Nota de Avaliação atingir valor inferior a 90,00 (noventa) pontos poderá ser aplicada, através de proposição do Senado que considerará as justificativas apresentadas, glosas à CONTRATADA de acordo com tabela pré-estabelecida.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A avaliação dos Serviços no Mês com Contingência, entendido como aquele que contenha dia em que o fluxo normal de serviços seja alterado por Caso Fortuito ou Força Maior, será feita conforme abaixo:



SENADO FEDERAL



- I -** Para cálculo da Nota de Avaliação será considerado como Nota Inicial (NI) o valor proporcional aos dias de atendimento normal, conforme abaixo:

$$\text{Nota Inicial} = \frac{100}{(\text{dias úteis no mês})} \times (\text{dias úteis no mês} - \text{dias com contingência})$$

$$\text{Nota de Avaliação (\%)} = \frac{(\text{NI} - \text{Somatório dos Pontos Perdidos})}{\text{NI}} \times 100$$

Exemplo:

Se no mês houver expediente de trabalho em 22 dias e em dois dias ocorrerem contingências:

$$\text{Nota Inicial} = \frac{100}{22} \times (22 - 2) = 90,8 \text{ pontos}$$

Nesse caso, 90,8 pontos corresponderá ao valor máximo de pontos possíveis de serem mantidos no mês (100% dos pontos), sendo o seu valor utilizado como referência para cálculo da Nota de Avaliação, que será medida em percentual da Nota Inicial.

Seguindo o exemplo, se dessa Nota Inicial forem descontados 3,0 pontos:

$$\text{Nota de Avaliação} = \frac{(90,8 - 3,0)}{90,8} \times 100 = 96,70\%$$

PARÁGRAFO QUARTO - O Senado acompanhará o cumprimento dos índices estipulados no parágrafo primeiro desta cláusula - Indicadores de Desempenho. Caso estes índices apresentem valores abaixo dos contratados serão aplicadas as pontuações abaixo para cálculo dos pontos perdidos no mês:

Tabela 5 – Critérios de Avaliação

Item	Descrição	Periodicidade da Avaliação	Faixa	Pontuação por Avaliação Insatisfatória
01	Nível de Serviço - NS	Diária	$80,00\% \leq \text{NS} < 90,00\%$	0,5
			$70,00\% \leq \text{NS} < 80,00\%$	1,0
			$60,00\% \leq \text{NS} < 70,00\%$	1,5
			$\text{NS} < 60,00\%$	2,0
02	Índice de Qualidade do Atendimento - IQA	Diária	$80,00\% \leq \text{IQA} < 85,00\%$	0,5
			$75,00\% \leq \text{IQA} < 80,00\%$	1,0
			$70,00\% \leq \text{IQA} < 75,00\%$	1,5
			$\text{IQA} < 70,00\%$	2,0



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUINTO - Sempre que a Nota de Avaliação atingir valor inferior a 90,00 (noventa) pontos será aplicada glosa à fatura apresentada pela CONTRATADA, conforme planilha abaixo:

Tabela 6 - Glosas na Fatura Apresentada para Avaliação dos Serviços

Item	Nota de Avaliação (NA)	Notificação/Glosa
01	$NA \geq 90,00$	Sem aplicação de glosas à Contratada.
02	$80,00 \leq NA < 90,00$	Notificação registrada no Livro de Ocorrências.
03	$70,00 \leq NA < 80,00$	Glosa de 2,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.
04	$60,00 \leq NA < 70,00$	Glosa de 4,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.
05	$50,00 \leq NA < 60,00$	Glosa de 10,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.
06	$NA < 50,00$	Glosa de 15,00% sobre o valor faturado no mês da ocorrência.
07	02 (duas) Notificações em meses consecutivos.	Glosa de 2,00% sobre valor faturado no mês de aplicação da segunda Notificação.
08	01 (uma) Glosa e 01 (uma) Notificação em meses consecutivos.	Glosa de 2,00% sobre valor faturado no mês de aplicação da Notificação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor mensal estimado de R\$ _____ (_____), conforme proposta da CONTRATADA, de fls. _____, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos por serviços não executados ou executados de forma incompleta.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O preço global anual estimado do presente contrato para o período de 12 (doze) meses consecutivos é de R\$ _____ (_____), observada a Cláusula Quinta, compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos, necessários à perfeita execução deste contrato, **observada a legislação trabalhista, previdenciária, tributária e convenção coletiva de trabalho.**

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, condicionados ao prévio atestamento dos serviços pelo gestor, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, mediante o recebimento da nota fiscal-fatura, em 2 (duas) vias, com a discriminação dos serviços, cuja data de emissão não poderá ser anterior à do último dia do mês vencido.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A primeira nota fiscal-fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês, e as notas fiscais/fatura subsequentes terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o último dia de cada mês.



SENADO FEDERAL



PARÁGRAFO QUARTO - Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a **30 (trinta) dias**, a contar do recebimento da nota fiscal-fatura, condicionados à apresentação de:

- I** - prova de quitação da folha de pagamento específica deste contrato, relativamente ao período constante da nota-fiscal/fatura apresentada, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referente tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, conforme o caso, contendo o nome do funcionário e o valor do crédito promovido;
- II** - guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) e das Guias de Relação de Empregados (GRE); bem como, de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (CND) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, e ainda, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- III** - espelho da folha de pagamento dos empregados a serviço do SENADO específica deste contrato;
- IV** - comprovantes de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos empregados da CONTRATADA que prestem os serviços objeto do presente contrato;
- V** - planilhas de custos de cada categoria e informações sobre qualquer outra vantagem;
- VI** - planilha discriminada com o controle de frequência dos profissionais no horário ordinário e extraordinário, observado o que trata o inciso XVII da Cláusula Segunda e Parágrafo Quarto da Cláusula Quarta, no caso de eventual prestação de serviços extraordinários.
- VII** - apresentação da garantia prevista na Cláusula Décima do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A falta de qualquer empregado, sem a reposição prevista no inciso XV, “a” da Cláusula Segunda, implicará desconto automático de 1/30 (um trinta avos) do valor unitário mensal da categoria, por dia, sem prejuízo da incidência da multa contratual prevista no parágrafo sexto da Cláusula Décima Sexta.

PARÁGRAFO SEXTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo quinto desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO OITAVO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no



SENADO FEDERAL

parágrafo quinto e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO

A repactuação deste contrato é permitida, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se como termo inicial a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data da última repactuação ocorrida.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A repactuação será precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que a fundamenta, devendo ser observada a adequação aos preços de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO – A repactuação que não for solicitada durante a vigência do contrato, será objeto de preclusão a partir da assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo no caso de, no termo aditivo de prorrogação, for aposta cláusula que resguarde expressamente o direito à repactuação.

PARÁGRAFO QUINTO - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO SEXTO - Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos somente a partir da data de assinatura do respectivo termo aditivo, admitindo-se a retroação dos efeitos exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver



SENADO FEDERAL



vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A Administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida, devendo esse período ser contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

PARÁGRAFO OITAVO – Desde que acordado entre as partes, o valor contratual do objeto da repactuação poderá ter sua vigência iniciada em data futura, sem prejuízo da contagem de periodicidade para as próximas concessões.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza de Despesa _____, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº _____.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho, indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93, em uma das seguintes modalidades:

I - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II - seguro-garantia; ou

III - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo ao Gestor do contrato, em até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 dias, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.

PARÁGRAFO QUARTO - A garantia será liberada, se for o caso, até 15 (quinze) dias após a comprovação do adimplemento de todas as verbas devidas aos empregados a título rescisório, observando-se os requisitos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato, devendo se estender até o prazo de 3 (três) meses, após o término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Não se admitirá qualquer restrição ou condicionante à plena execução, pelo SENADO, da garantia ofertada em decorrência da execução do presente contrato, sobretudo se a garantia for apresentada em alguma das formas previstas nos incisos II e III.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pelo Diretor-Geral promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III – suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV – impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e



SENADO FEDERAL



V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A advertência será aplicada à CONTRATADA na primeira ocorrência das infrações de Grau 1 definidos nos quadros do parágrafo sétimo.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/02, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:

- I** - apresentar documentação falsa;
- II** – fraudar na execução do contrato;
- III** – comportar-se de modo inidôneo;
- IV** – fazer declaração falsa;
- V** – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Decorrido o prazo previsto para o início da execução deste contrato, sem a prestação dos serviços, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global deste contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula décima sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1 (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos dos parágrafos quarto e quinto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias previsto no parágrafo quinto, sem o início da prestação de serviços, será aplicada cumulativamente a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, sem prejuízo das demais sanções administrativas previstas nesta cláusula.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SÉTIMO - Pelo descumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços, omissão e outras faltas, a CONTRATADA ficará sujeita à multa, em percentuais definidos nos quadros a seguir, incidente sobre o valor contratual mensal vigente, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

GRAU 1	
0,2% (dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
1	Deixar de observar as determinações do Senado quanto à permanência e circulação de seus empregados nos prédios, por ocorrência.
2	Deixar de manter seus empregados identificados, uniformizados e calçados adequadamente, por empregado e por ocorrência.
3	Deixar de manter a disciplina nos locais dos serviços e não retirar o empregado com conduta julgada inconveniente, por empregado e por dia.
4	Deixar de apresentar ao gestor do contrato os atestados de bons antecedentes, por dia útil de atraso.
5	Deixar de manter durante a execução deste contrato as condições que ensejaram sua contratação, por dia.

GRAU 2	
0,4% (quatro décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
6	Deixar de atender à convocação do gestor para prestação de serviços em horário e dia extraordinários, por ocorrência.
7	Deixar de comunicar ao gestor e de registrar no Livro de Ocorrências as anormalidades verificadas na execução dos serviços, por ocorrência.

GRAU 3	
0,8% (oito décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
8	Deixar de cumprir as exigências relativas à higiene e segurança do trabalho e as normas disciplinares e orientações de segurança e de prevenção de incêndios, por ocorrência.

GRAU 4	
3,2% (três vírgula dois décimos por cento)	
ITEM	INFRAÇÃO
9	Interromper a realização dos serviços, por dia de paralisação.

PARÁGRAFO OITAVO - A reincidência de infrações do mesmo grau, previstas nos quadros do parágrafo anterior, fará incidir o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da multa aplicada.

PARÁGRAFO NONO – Para os casos de inexecução de obrigação contratual ou legal, não previstas nos parágrafos anteriores, o SENADO aplicará multa, a ser fixada entre os graus 1 e 5, em razão da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os percentuais previstos nos quadros do Parágrafo Sétimo desta cláusula, somadas todas as penalidades aplicadas, não poderão superar, em cada mês, o máximo



SENADO FEDERAL



de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato, ressalvadas as hipóteses especiais dos Parágrafos Segundo e Sexto desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente nos termos do Parágrafo Quinto da Cláusula Décima Terceira, ficando ainda a CONTRATADA sujeita à multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – Não ocorrendo quitação da multa, na forma do parágrafo anterior, será o valor remanescente descontado da garantia ou, em último caso, cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – O não cumprimento dos serviços, previstos neste contrato, implicará sobrestar o pagamento da parcela relativa ao período de apuração, até a sua devida regularização, sem prejuízo das demais penalidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I – determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

III – judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO – Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o artigo 57, II, da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 90 (noventa) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá, em até 30 dias contados da expiração do prazo do *caput*, apresentar comprovação de quitação de todos os débitos rescisórios de caráter trabalhista devidos aos seus empregados, segundo os requisitos do Parágrafo Quinto da Cláusula Quinta.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal no Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas adiante designadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

SENADO FEDERAL

Diretor da SADCON

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

Diretor da SSPLAC



SENADO FEDERAL



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2013

ANEXO 07

(Processo nº 016.765/10-9)

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaramos que esta empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____ possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Nº/Ano do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observações:

1. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a empresa;
2. O licitante deverá informar **todos** os contratos vigentes



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2013

ANEXO 08

(Processo nº 016.765/10-9)

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____				
Data de abertura:				
Nome da empresa:				
CNPJ:				
Endereço:				
CEP:				
Telefone: (DDD)				
Fax: (DDD)				
e-mail:				
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)				
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)				
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)				
Instrumento de outorga de poderes: (informar o tipo de documento)				
Item	Categoria	Total de Postos	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1				
2				
3				
VALOR GLOBAL MENSAL:				
VALOR GLOBAL ANUAL:				
SINDICATO DA CATEGORIA:				
DATA BASE DA CATEGORIA: DIA/MÊS/ANO:				

Instruções de preenchimento:



SENADO FEDERAL



A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total mensal e total global anual da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma: quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.